

## E A RECLASSIFICAÇÃO?

Transcrevemos abaixo ofício enviado ao Magnífico Reitor pelo representante docente no Conselho Diretor, Prof. Wallace A. de Oliveira, sobre a reclassificação de docentes:

Cidade Universitária, 26 de junho de 1978

Magnífico Reitor:

Gostaria de levar à apreciação de Vossa Magnificência vários aspectos relacionados com a norma atualmente adotada nesta Universidade para a reclassificação de docentes para os níveis MS-2 e MS-3, por motivo de defesa de tese em cursos de pós-graduação da UNICAMP. Desejo referir-me exclusivamente a este tipo de reclassificação e submeter à esclarecida consideração de Vossa Magnificência o seguinte:

1. Nos últimos seis meses o Conselho Diretor aprovou dezesseis (16) reclassificações desta natureza. O tempo médio decorrido entre a homologação da defesa de tese pelo C.D. e a aprovação da reclassificação foi cerca de duzentos e sessenta e cinco (com desvio padrão igual a 182 dias).

2. Este tempo médio nos parece demasiadamente longo e esta demora produz consequências indesejáveis e prejudiciais ao corpo docente e à Universidade. Dentre estes efeitos destacam-se:

2a. A demora na reclassificação gera descontentamento e desestímulo. O docente que, no desenvolvimento de suas atividades de pós-graduação, habituara-se a remir os minutos, contempla então o arrastamento do seu processo de reclassificação durante longos meses.

2b. Embora seja feita a retroação da reclassificação à data da homologação do concurso (deliberação do C.D. em 19.08.75), a demora excessiva acaba causando prejuízos financeiros aos docentes, não só pelo atraso propriamente, mas também em virtude de verbas que caem em exercício findo, etc. Exemplos deste último tipo de prejuízo são encontrados nos processos nº 2060/71, 4290/71, 482/73 e em outros.

2c. O desvio padrão do tempo médio mencionado no item 01 acima representa cerca de 70% desse tempo, indicando que a demora da reclassificação varia muito para cada processo. Este fato talvez justifique a atitude de alguns docentes de tentarem agilizar seu processo acompanhando-o em todos os passos da tramitação. Entretanto, o tempo e o desgaste dispendidos nesta tarefa redundam para as atividades de ensino e pesquisa.

3. Provavelmente as causas desta morosidade são diversas e contribuem diferentemente em cada caso específico. Parece-nos, no entanto, que a principal causa da demora é o longo trâmite processual a que estão sujeitas

PROCESSO Nº 123.456

Ex. Sr. Governador,  
Com referência ao processo em epígrafe, informo que o interessado requer a concessão de férias remuneradas. O requerente alega que não possui férias a receber e que, portanto, necessita de férias para atender às suas necessidades pessoais e familiares. O requerente também alega que não possui condições financeiras para arcar com o custo das férias e que, portanto, necessita de férias remuneradas. O requerente alega que não possui condições financeiras para arcar com o custo das férias e que, portanto, necessita de férias remuneradas.

Em atendimento ao requerimento, o interessado foi ouvido e apresentou a seguinte alegação: "Não tenho férias a receber e não tenho condições financeiras para arcar com o custo das férias. Portanto, necessito de férias remuneradas para atender às minhas necessidades pessoais e familiares. Solicito a concessão de férias remuneradas para o período de 30 dias, a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento das férias em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024. Solicito também o pagamento das férias em espécie, com o depósito em minha conta bancária nº 1234-56789-0, Agência 1234-56, Banco ABC, em nome de João da Silva, CPF nº 123.456.789-01, em favor do interessado, no valor de R\$ 1.200,00 (dozecentos reais), a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024. Solicito também o pagamento das férias em espécie, com o depósito em minha conta bancária nº 1234-56789-0, Agência 1234-56, Banco ABC, em nome de João da Silva, CPF nº 123.456.789-01, em favor do interessado, no valor de R\$ 1.200,00 (dozecentos reais), a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024.

Em atendimento ao requerimento, o interessado foi ouvido e apresentou a seguinte alegação: "Não tenho férias a receber e não tenho condições financeiras para arcar com o custo das férias. Portanto, necessito de férias remuneradas para atender às minhas necessidades pessoais e familiares. Solicito a concessão de férias remuneradas para o período de 30 dias, a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento das férias em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024. Solicito também o pagamento das férias em espécie, com o depósito em minha conta bancária nº 1234-56789-0, Agência 1234-56, Banco ABC, em nome de João da Silva, CPF nº 123.456.789-01, em favor do interessado, no valor de R\$ 1.200,00 (dozecentos reais), a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024.

Em atendimento ao requerimento, o interessado foi ouvido e apresentou a seguinte alegação: "Não tenho férias a receber e não tenho condições financeiras para arcar com o custo das férias. Portanto, necessito de férias remuneradas para atender às minhas necessidades pessoais e familiares. Solicito a concessão de férias remuneradas para o período de 30 dias, a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento das férias em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024. Solicito também o pagamento das férias em espécie, com o depósito em minha conta bancária nº 1234-56789-0, Agência 1234-56, Banco ABC, em nome de João da Silva, CPF nº 123.456.789-01, em favor do interessado, no valor de R\$ 1.200,00 (dozecentos reais), a contar de 15/01/2024 até 15/02/2024, com o pagamento em duas parcelas, a primeira em 15/01/2024 e a segunda em 15/02/2024.

essas propostas de reclassificação.

Segundo informações da Secretaria Geral (atenciosamente fornecidas a esta representação através do Of. SG-Nº102/78 de 21-junho-78), são os seguintes, resumidamente, os passos da tramitação atual:

- 3a. Solicitação do Diretor da Unidade
- 3b. Secretariá Geral
- 3c. CGI/CGF
- 3d. Comissão de Ensino
- 3e. CPDIUEC (se for o caso)
- 3f. Secretaria Geral
- 3g. Conselho Diretor, para a aprovação
- 3h. Diretoria de Pessoal

4. De conformidade com o Artigo 90 dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas, o critério que deve ser adotado nas reclassificações de pessoal docente deve ser, exclusivamente, o do "mérito". No caso de reclassificação para os níveis MS-2 e MS-3, entendemos que o mérito é demonstrada pela obtenção do grau de Mestre e Doutor, respectivamente. De fato, o Artigo 100 dos Estatutos diz textualmente: "O Assistente que obtiver o grau de Doutor passará para o nível de Assistente Doutor".

5. Desta forma, parece-nos que alguns passos do item 03 acima poderiam ser dispensados.

Uma vez demonstrado o mérito ( e a existência de recursos financeiros) poderá ser dispensada a passagem do processo pela CE e CGI/CGF, sendo o processo enviado para ciência a estas últimas, após a aprovação.

O Decreto Nº50.206 de 15-agosto-68, que instituiu a CPDIUEC não contém nenhuma exigência explícita sobre a necessidade de parecer prévio desta Comissão, neste tipo de reclassificação. Portanto, salvo melhor juízo, a passagem pela CPDIUEC poderá ser também dispensada enviando-se o processo a esta Comissão, após aprovação, para ciência e providências que se fizerem necessárias (solicitação de novo plano de pesquisa, etc.).

Em face do exposto, gostaríamos de sugerir a Vossa Magnificência um trâmite processual mais simples, objetivando maior eficiência nas atividades administrativas desta Universidade. É a seguinte a norma proposta:

"A reclassificação de docentes para os níveis de Professor Assistente, MS-2 e Professor Assistente Doutor, MS-3, por motivo de defesa da tese em curso da UNICAMP, obedecerá o seguinte trâmite:

I- Ofício do Diretor da Unidade ao Magnífico Reitor, solicitando a reclassificação. Este expediente deve vir acompanhado de Ordem de Despesa registrada pela DGA-3 e poderá ser enviado a partir da defesa de tese do interessado.

II- A Secretaria Geral informa o processo. De ordem do Magnífico Reitor o processo é incluído na pauta do Conselho Diretor, para aprovação. A aprovação da reclassificação poderá ocorrer na mesma sessão do C.D. na qual se faz a homologação da ata da defesa de tese.

III- A seguir o processo é encaminhado à Diretoria de Pessoal, CPDIUEC e CGI/CGF para as providências cabíveis".

Valho-me desta oportunidade para reiterar a Vossa Magnificência as minhas expressões de elevada estima e consideração.

...

Esta representação mereceu muito boa receptividade por parte da Diretoria e por sugestão do Magnífico Reitor e proposta do Senhor Coordenador Geral, o Conselho Diretor, em sua reunião de 1º de agosto de 1978 aprovou a seguinte:

"... Nas hipóteses de reclassificação por concurso feito na UNICAMP após ser este concurso e o respectivo título homologado pelo Conselho Diretor, havendo verba demonstrada, possa o Magnífico Reitor Apostilar os respectivos contratos, quanto a alteração de nível, sem que seja necessária a tramitação pelas Comissões e Coordenadorias, já que os Estatutos e o Regimento Geral assim o permitem ..." ( ata da reunião, página 234 ).

De acordo com esta decisão, a reclassificação de docentes para os níveis MS-2, MS-3 e MS-4, por motivo de Defesa de Tese ( na UNICAMP) de Mestrado, Doutorado e Livre Docência, respectivamente, torna-se automática. Para que não haja demoras é preciso que o Diretor da Unidade envie ao Magnífico Reitor, em tempo hábil, a ordem de defesa respectiva.

Prof. Wallace A. Oliveira

nota

Muitos professores tiveram seus títulos homologados pelo Conselho Diretor durante o "recesso" de 15 de agosto a 15 março.

Reivindicamos que o pagamento seja efetuado a partir da data da homologação pelo Conselho Diretor e não a partir da data de publicação no Diário Oficial após o término do "recesso".

DIRETORIA DA ADUNICAMP

\*\*\*\*

## o processo de escolha do novo diretor da FEC

Por ocasião de mudança de reitor na UNICAMP, os cargos de Diretor das Unidades (Faculdades e Institutos) foram colocados à disposição pelos seus respectivos titulares. O Orgão Colegiado (futuramente a Congregação) da Faculdade de Engenharia (FEC) decidiu pela elaboração de uma lista Tríplice que seria enviada ao novo reitor para a escolha do diretor da Unidade. Também, apresentou-se, e foi aprovada pelo Colegiado, uma proposta de se fazer uma consulta ampla aos professores e representantes de alunos junto aos diversos órgãos da FEC. O resultado desta consulta, feita sob a forma de uma

eleição, serviria para subsidiar o Colegiado na composição da referida lista. Uma outra proposta, também aprovada pelo mesmo Colégio, era a realização, antes desta eleição, de uma reunião na qual os candidatos a diretor deveriam a presentar-se para discutir com o plenário os seus respectivos programas de trabalho. Esta reunião realizou-se na FEC, registrando-se um maciço comparecimento de docentes e representantes de alunos. Com relação aos candidatos, a presentaram-se quatro dos doze em condições de ocupar o cargo, segundo disposições regimentais. Durante a reunião cada um dos candidatos apresentou sua forma de encarar os diversos problemas da FEC e sua maneira de encaminhá-los ou resolvê-los. Os candidatos Maurício Prates e Yaro Burian Jr. comprometeram-se, caso fossem indicados para o cargo, a realizar na FEC assembleias periódicas que lhes permitissem manter um contato permanente com todos os setores da Faculdade, comprometendo-se ainda a encaminhar todas as decisões tomadas em assembleia. Nesta assembleia adiantaram que haveria participação, de al guma forma a ser definida posteriormente, do pessoal docente, dos funcionári os e dos alunos da FEC.

Finalmente realizou-se a eleição que teve o seguinte resultado:

Maurício Prates de Campos Filho	43 votos
Yaro Burian Junior	26
Rege Romeu Scarabucci	16
Attílio José Giarola	02

-Somente obtiveram votos nesta eleição os quatro professores que se apresentaram como candidatos à reunião de debates.

Quando recebeu o resultado da eleição, que anteriormente pretendia utilizar-lo como subsídio para a elaboração de uma lista tríplice, decidiu com por esta lista com os tres nomes mais votados e enviá-la à apreciação do Reitor da UNICAMP, juntamente com a votação que cada um dos candidatos obteve na FEC. O reitor indicou, então, o mais votado dos candidatos, o Prof. Maurício Prates, para a diretoria da FEC. O novo diretor escolheu, e o reitor apro vou, a indicação do Prof. Yaro Burian Jr., o segundo mais votado, para o cargo de diretor associado da Faculdade.

Assim, de acordo com o compromisso assumido na reunião de debates, a FEC tem realizado assembleias gerais ordinárias cuja composição transitória é a seguinte:

- todos os docentes da FEC (inclusive os pesquisadores de convênios com atividade docente)
- os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação que são representantes junto aos órgãos colegiados oficiais.
- 15 representantes de alunos de graduação eleitos por turma
- 8 representantes de alunos de pós-graduação (exceto os que são dôcen tes)
- 6 representantes de funcionários da FEC

A assembleia instituiu grupos de trabalho (GT) paritários para pro mover estudos de assuntos de interesse da Faculdade, estando em funcionamento os grupos:

- GT de Ensino de Graduação
- GT de Ensino de Pós-Graduação
- GT de Institucionalização e Representatividade
- GT de Estruturação e Composição definitiva da Assembléia da FEC

Atualmente esta Assembléia vem se constituindo em forum de debates de todos os problema que afetam a Faculdade e suas decisões tem sido encampadas e encaminhadas pelo diretor da FEC.

José Tomaz Vieira Pereira  
Carlos Rodrigues de Souza

### NOTINHA

Parece que desta vez o problema da creche da UNICAMP começa a ser encarado seriamente! Pelo menos um grupo de funcionários, professores e alunos estão se reunindo e discutindo como fazer para efetivar a idéia. Participe também deste trabalho, pois só com a união de todas as nossas forças conseguiremos resolver o problema.

## O QUE HÁ DE NOVO NAS ELEIÇÕES DE 78 ?

### .candidatos populares

As eleições da próxima semana apresentam um traço distintivo com relação àquelas realizadas em 74 e 76. Se, por um lado, está presente também este ano caráter plebiscitário que tiveram as eleições de 74, quando o voto no MDB expressou um "não" ao regime vigente, por outro lado tudo leva a crer que desta vez o voto no partido da oposição terá um significado mais diferenciado.

Isto porque o MDB teve seu processo de diferenciação interna acentuado a partir de 76, oferecendo hoje ao seu eleitor um conjunto de opções política e ideologicamente distintas. Conhecido desde sempre como um "saco de gatos", o MDB é hoje, mais claramente do que nunca, uma frente constituída por setores que progressivamente se autonomizaram mas que se mantêm - e deverão se manter ainda unidos por uma tarefa fundamental: a derrubada do regime autoritário e a instalação de um sistema democrático no país.

Este processo de diferenciação interna do partido de oposição, evidentemente ligado a um processo mais amplo de reorganização política das di

ferentes forças sociais no interior da sociedade, tem o seu indicador mais claro no ressurgimento do que se está chamando hoje de candidaturas populares. Assim, os eleitores do MDB, que em anos anteriores expressaram com seu voto a recusa à situação vigente, e que apenas através de algumas candidaturas i soladas puderam expressar algo mais do que isso, tem hoje, nos estados mais politizados, e principalmente em S. Paulo, um conjunto relativamente amplo de opções que transcendem a simples oposição e apontam para definições substantivas dos caminhos a serem seguidos para a reorganização da sociedade brasileira. Nesse sentido, as candidaturas populares partem de uma posição básica: a de que não basta votar no MDB, não basta eleger os candidatos do partido da oposição, mas é preciso distinguir desde onde se faz oposição, desde que perspectiva se encaminha a luta pela derrubada do regime autoritário e a construção de uma sociedade democrática.

As candidaturas populares se propõem a luta em defesa dos intereses da maioria da população brasileira, as classes trabalhadoras. Como distinguir, atrás desse chavão generalizado, aqueles candidatos que realmente representam novas alternativas na luta pelos interesses populares? Não é preciso nem ser eleitor para saber que não há respostas infalíveis para essa pergunta. Para não ir mais longe, a população de Campinas que em 76 elegeu maçicamente o seu prefeito, sabe muito bem disso. Mas aparentemente as lições tem sido aprendidas e o procedimento adotado pelas candidaturas populares nas eleições deste ano mostra isso. Mas mostra também que a história caminhou um pouquinho e que as classes trabalhadoras não estão mais dispostas a engolir gato por lebre.

Assim, o que parece ser um traço inovador que caracteriza algumas dessas candidaturas é a sua proposta de uma vinculação orgânica às organizações populares. Essa proposta parte de uma concepção cujo núcleo fundamental é o privilegiamento da organização autônoma dos setores populares. Esse privilegiamento se traduz, em primeiro lugar, ao nível do programa, em reivindicações que assegurem as condições mínimas de existência e fortalecimento dessa organização, tais como liberdade de expressão e manifestação e de associação, de organização sindical, estudantil e partidária, etc. Essa ênfase na questão da organização está presente também ao nível da campanha eleitoral, definida como um instrumento de discussão e aglutinação de indivíduos em torno de seus interesses comuns, capaz de estimular e fortalecer as organizações para além da duração efetiva da campanha. Além disso, a campanha eleitoral é também pensada como um processo ao longo do qual os programas políticos dos candidatos são progressivamente definidos em conjunto com as bases, incorporando e articulando os interesses populares.

E, finalmente ao nível da atuação parlamentar, os candidatos populares propõe a criação de mecanismos que venham a articular de maneira orgânica e sistemática à sua atuação no Congresso e nas Assembléias estaduais às organizações de base que os apoiam. Uma espécie de "mandato imperativo", onde, através de assembléias ou reuniões periódicas, o candidato eleito concretize e renove constantemente o compromisso com os setores que o elegeram, levando

12



a luta pela defesa de seus interesses até o Parlamento e fortalecendo a sua organização.

Esse tipo de procedimento, sem dúvida inovador em termos da política brasileira, fortalece a confiança na alternativa representada pelas candidaturas populares às eleições deste ano: uma alternativa de luta ao nível parlamentar mas que passa necessariamente pela organização popular enquanto condição fundamental para a reorganização da sociedade brasileira em bases realmente democráticas.

Uma outra novidade, que nos diz muito de perto, como membros de uma Universidade, e que aparece estreitamente ligada às candidaturas populares, é a participação dos chamados intelectuais nas eleições de 78. Se alguns dos candidatos populares são operários, moradores de periferia, a maioria deles é constituída por professores universitários, sociólogos, economistas, jornalistas, escritores. O exemplo mais notório é Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado. Mais notório não só porque é o intelectual de maior prestígio -nacional e internacional- entre seus colegas candidatos, mas também porque recebeu o apoio -e um apoio expresso em trabalho efetivo durante sua campanha- das lideranças sindicais mais combativas do estado: Luís Inácio da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, e outros.

Essa participação dos intelectuais na política partidária de oposição -como candidatos ou não- e a direção que essa participação tem assumido, apontam para a nova aragem que sopra sobre a Universidade: a nossa torre de marfim já apresenta rachaduras e a tão decantada unidade entre teoria e prática ameaça abandonar o seu lugar favorito: as introduções, de teses e os prefácios de livros.

Evelina Dagnino - IFCH

## •candidatos operários e socialistas

A mais recente crise do capitalismo internacional que teve início por volta de 1973 e que continua até agora, influenciou de maneira profunda a economia brasileira que é profundamente dependente da saúde da economia internacional. Com isso acabou o chamado "milagre brasileiro" que era calcado numa extrema exploração das classes trabalhadoras em benefício da burguesia e das classes médias.

Estas últimas se radicalizaram ao tentar evitar sua proletarização e cada vez mais passam a se opor ao regime militar.

A burguesia por sua vez se divide e clama pela (re)democratização, numa tentativa de melhorar sua participação no "bolo", vis a vis com seu sócio estrangeiro.

É nessa situação, acompanhada por um ressurgimento na organização

das classes trabalhadoras ainda que em torno de reivindicações mínimas, que o governo vem com propostas de aberturas, e que se realizam as eleições de novembro.

Vendo que a ditadura está cada vez mais fraca, e mesmo a repressão que tem sofrido o movimento de massas pode demonstrar isso, entendemos que as eleições de novembro devem servir para a propaganda e agitação em torno da Independência Organizativa Sindical e Política da classe trabalhadora.

Devemos evitar a repetição dos acontecimentos de 1945 quando a classe trabalhadora saiu da ditadura que ajudou a derrubar, atrelada a partidos burgueses (PTB).

Por isso é que os candidatos operários e socialistas (Marcílio e Jaú), além das reivindicações mínimas como salário mínimo de Cr\$5.000,00, congelamento dos preços de gêneros de 1ª necessidade, e das reivindicações democráticas como liberdade de expressão e de organização, liberdade a todos partidos políticos, anistia e a convocação de uma assembleia nacional constituinte livre e soberana, por eleições livres e diretas, levam também as palavras de ordem da organização independente dos trabalhadores em sindicatos ~~des~~ vinculados do Estado, da criação do comando geral dos trabalhadores (CGT) e da independência política dos trabalhadores, por um partido de assalariados sem patrões, por um Brasil Socialista em que a classe que produz as riquezas mande e dirija a sociedade e por um partido socialista democrático e de ~~mas~~ ~~gas~~ que nos conduza até lá.

Jonas de Araújo Romualdo - IEL

### ATENÇÃO

O próximo Boletim da ADUNICAMP deverá sair na 1ª semana de dezembro, portanto as colaborações deverão ser entregues até o dia 29 do corrente, no Pavilhão do IMECC, sala do CAMECC, das 09:30 às 13:30hs.

**Em especial pedimos colaborações sobre cursos noturnos.**